

APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

DIPLOMA LEGAL	DATA	EMENTA
Lei nº 4.516	25/10/2010 DODF nº 207, de 28/10/2010	Cria a carreira Apoio à Assistência Judiciária no Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
Portaria Conjunta nº46 - SEPLAG/CEAJUR	23/11/2010 DODF nº 224, de 24/11/2010	Constitui grupo de trabalho com a finalidade de definir as especialidades e suas respectivas atribuições.
Portaria Conjunta nº49 - SEPLAG/CEAJUR	22/12/2010 DODF nº 243, de 23/12/2010	Estabelece as especialidades e respectivas atribuições dos cargos de Analista de Apoio à Assistência Judiciária e Técnico de Apoio à Assistência Judiciária.
Ação Direta de Inconstitucionalida	8/8/2012 DODF nº 158, de 9/8/2012	Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei nº 4.516, de 25/10/2010.
Portaria nº 126	26/04/2021 DODF nº 79, de 29/04/2021	Regulamenta a promoção funcional dos servidores da Carreira de Apoio à Assistência Judiciária no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal
Lei nº 7.101	02/04/2022 DODF nº 29 A, de 02/04/2022	Cria a Gratificação de Atividade da Defensoria Pública – GADP para os integrantes da carreira de Apoio à Assistência Judiciária do Distrito Federal
Portaria nº 468	17/11/2022 DODF nº 217, de 22/11/2022	Aprova as diretrizes gerais da sistemática de Avaliação de Desempenho da Carreira Apoio à Assistência Judiciária.
Portaria nº 468, (*)	17/11/2022 DODF nº 26, de 06/02/2023 Republicada	Aprova as diretrizes gerais da sistemática de Avaliação de Desempenho de que trata o § 4º, do art. 2º, Portaria nº 126, de 26 e abril de 2021, aplicáveis aos (às) servidores (as) da Carreira de Apoio À Assistência Judiciária do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal.
Lei nº 7.270	21/06/2023 DODF, nº 47 A, de 21/06/2023	Dispõe sobre o reajuste geral dos Defensores Públicos, Analistas de Apoio Jurídico à Atividade de Assistência Jurídica e Analistas de Apoio Especializado à Atividade de Assistência Jurídica ativos aposentados e pensionistas da Defensoria Pública do Distrito Federal
Portaria nº 272	21/06/2023 DODF, nº 47 A, de	Dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

	21/06/2023	(...)Art. 1º Fixar o valor do auxílio-alimentação, devido aos membros e servidores em exercício na Defensoria Pública do Distrito Federal, em R\$ 1.626,46 (mil seiscentos e vinte e seis reais e quarenta e seis centavos). (Portaria nº 447, DE 12/09/2023)
Portaria nº 340	19/07/2023 DODF, nº 141, de 27/07/2023	Fixa o valor da indenização de transporte dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal.
Portaria nº 447	12/09/2023 DODF, nº 173, de 14/09/2023	Dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal. Art. 1º Atualizar o valor do auxílio-alimentação, devido aos membros e servidores em exercício na Defensoria Pública do Distrito Federal, para R\$ 1.701,41 (um mil setecentos e um reais e quarenta e um centavos).
Portaria nº 545	10/11/2023 DODF, nº 214, de 16/11/2023	Regulamenta a Avaliação de Estágio Probatório, dos(as) servidores(as) do quadro de pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal.
Lei nº 7.607	13/12/2024 DODF, nº 95 - A, de 13/12/2024	Dispõe sobre a Carreira de Apoio à Assistência Judiciária e dá outras providências (...)Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos do cargo de Analista de Apoio à Assistência Judiciária, pertencente à Carreira de Apoio à Assistência Judiciária, criada pela Lei nº 4.516, de 25 de outubro de 2010, ficam estabelecidos na forma do Anexo I desta Lei. (...)
Portaria nº 391	12/12/2025 DODF nº 236, de 15/12/2025	Concessão do auxílio pré-escolar servidores Defensoria Pública
Portaria nº 398	12/12/2025 DODF nº 236, de 15/12/2025	Dispõe sobre o exercício de atividades extraordinárias de que trata a Lei Complementar nº 980, de 30 de dezembro de 2020, para os servidores no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal.
Portaria nº 72	23/02/2026 DODF nº 37, de 26/02/2026	Altera a Portaria nº 398, de 12 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o exercício de atividades extraordinárias de que trata a Lei Complementar nº 980, de 30 de dezembro de 2020, para os servidores no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Atualizado em: 26/02/2026.